



Protocolo para Monitoramento do Alcance das Metas Nacionais da Biodiversidade

Objetivo Estratégico C – Meta11 – Representação Ecológica

Relato da Oficina de Discussão do Protocolo de Monitoramento da Meta 11 da CDB - Componente de Representação Ecológica

Projeto Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SNUC – LifeWeb

WWF-Brasil
Laboratório de Ecologia da Paisagem

Equipe técnica: Paula Hanna Valdujo
Mariana Napolitano Ferreira
Mariana da Silva Soares
Mario Barroso Ramos Neto

Relato da oficina de discussão do protocolo de monitoramento da Meta 11 da CDB - componente de representação ecológica

No dia 24 de novembro de 2015 o Ministério do Meio Ambiente, a GIZ e o WWF se reuniram com um grupo de especialistas no MMA para discutir o protocolo de monitoramento da meta 11.

Parte 1 - manhã: Apresentação do Protocolo, seu histórico, contexto e pontos para discussão.

O evento iniciou com apresentação da Paula Valdujo (WWF) para explicação sobre o histórico das discussões e sobre a metodologia proposta para monitoramento das metas, o planejamento sistemático da conservação.

Em meio a apresentação alguns pontos foram levantados pelos participantes:

- Lara sugere que se use as ottobacias por ser uma base federal e de mais fácil aceitação.
- Cristiano Vilardo sugere que a zona de exclusão de pesca seja discutido.
- Davi (Itamaraty) apresenta preocupação em relação à comunicação dos resultados - A meta 11 é simples e objetiva e o produto final deve ser o mais simples e objetivo possível também, mas em sua visão não está parecendo ser a abordagem. Demonstra preocupação que se percam as decisões já acertadas até hoje e que se perca “tempo” revisando o que já foi definido até agora. Paula explica que é um debate que já acontece e que a metodologia já é conhecida e amplamente pelo ministério do meio ambiente e não há novidade ou perda do que já foi definido até agora. A carga de subjetividade é inerente a qualquer processo de análise de representatividade ecológica e não há como se fugir disso.
- Moara explica que este espaço é de especialistas para definição do que é mais interessante politicamente e tecnicamente principalmente.
- Gabriela explica que é necessário definir o que de fato é conservado, não apenas a extensão das unidades de conservação. Ou seja, considerar apenas o remanescente na unidade de conservação é um caminho possível de ser debatido.
- Eliane sugere que se considere também as áreas a nível municipal, já que provavelmente apesar de menores são melhores consolidadas e aceitas pela população. Informa que São Paulo possui um sistema de monitoramento estadual levando em consideração fitofisionomias.
- Lara sugere que se tenham níveis de protocolo para que mesmo que ele seja implantado em fases distintas e o resultado possa ser visto mais rapidamente e em níveis de detalhes diferentes.

Parte II - Tarde - discussão dos pontos relevantes.

1. Metas quantitativas:

Questão se as novas UCs no sul do Amazônia estão inseridas nesse contexto

Metas por Estado? A análise da representatividade é que irá orientar as metas por Estado. Uma opção é subdividir as metas por estado, dividindo a responsabilidade entre eles (inserir no protocolo).

Ecosistemas pouco representados na Amz: várzeas e ecótonos

Roraima: lavrado e ecótonos – em discussão com MMA; transformar a APA em 3 UCs

Acordo do grupo: considerar UCs, TIs, RLs e APPS em todos os biomas e discutir os pesos

2. Pesos por regimes de proteção

- não é possível hoje avaliar a contribuição de RLs e APPS – precisa completar e validar o CAR, especialmente no caso das RLs
- como garantir a perpetuidade das RLs para a conservação dos alvos?
- **como garantir critérios de qualidade mínima das RLs? RLs validadas pelos órgãos ambientais**
- precisa completar o déficit de informações sb UCs no CNUC – articulação com estados e municípios, começar pelas UCs que já estão alinhadas com SNUC
- repartição entre os três entes no cumprimento das metas
- MMA vai fazer articulação com os estados e municípios para pactuar as metas e dividir responsabilidades
- categorias de UCs não alinhadas ao SNUC devem ser ajustadas para serem incorporadas
- como atribuir pesos: na definição dos cenários para rodar as análises de representatividade ecológica com os diferentes pesos
- classes para definição de pesos: UCPI/UCUS/APA/TI/RL e APPs: não houve consenso no grupo. A recomendação é fazer alguns exercícios e gerar cenários para ter elementos mais concretos para a recomendação dos especialistas.
- marinho e caatinga: estão de acordo com o proposto, sem grandes diferenças em relação ao protocolo
- evitar as sobreposições

3. Áreas desmatadas dentro das UCs: Sugestão do WWF aceita pelo grupo

As áreas desmatadas dentro de UCs devem ser excluídas no cálculo do cumprimento da meta de representatividade.

4. Recomendações gerais:

Concluir as áreas prioritárias do Brasil, especialmente o processo da Amazônia

Checar descrição / aplicação do protocolo para as áreas aquáticas

Proposta de cronograma ??

Incluir o tema de mudança climática: programas mais adequados (zonation, Consnet) que lidam com a incerteza de ocorrência da espécie

Realizar outra oficina técnica após rodar uma análise-piloto simulando diferentes pesos entre as diferentes categorias de áreas protegidas. MMA propõe nova contratação para que processo seja continuado e a discussão dos pesos seja encaminhada com base em informações mais concretas utilizando as análises das áreas prioritárias em diferentes cenários, alterando-se os pesos atribuídos às áreas protegidas em diferentes categorias.

5. Particularidades das áreas marinhas:

- construir fluxograma simplificado para áreas marinhas
- indicar bases / refs metodológicas / possíveis alvos para os exercícios marinhos
- checar conteúdo relacionado a marinho em cada item do protocolo
- sugestão formalizada de inserir infos marinhas no protocolo.